

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

A atuação do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal envolve não apenas a fiscalização do exercício profissional, mas também a produção contínua de atos administrativos, pareceres técnicos, comunicações oficiais e documentos normativos destinados a profissionais, instituições e à sociedade em geral. Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central, pois é por meio dela que se materializam decisões, orientações e informações de interesse público.

A clareza textual, a correção gramatical e a precisão vocabular são requisitos indispensáveis para a segurança jurídica e para a transparência administrativa. Textos mal redigidos, ambíguos ou em desacordo com a norma-padrão podem gerar interpretações equivocadas, comprometer a eficácia dos atos administrativos e fragilizar a credibilidade institucional do Conselho. Assim, o domínio da língua portuguesa não se restringe a uma exigência formal, mas configura instrumento essencial de trabalho do servidor público.

Além disso, a comunicação institucional deve observar princípios como impessoalidade, objetividade e padronização, especialmente em ambientes digitais, nos quais a informação circula com rapidez e amplo alcance. Dessa forma, espera-se que o servidor do CRF-DF seja capaz de interpretar textos oficiais, redigir documentos administrativos adequados ao contexto e reconhecer os efeitos de sentido produzidos por escolhas linguísticas, sintáticas e semânticas.

BRASIL. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília, 2018 (com adaptações).

Quanto aos sentidos explícitos e implícitos do texto, à finalidade comunicativa e à tipologia textual predominante, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto apresenta tipologia predominantemente expositiva, com finalidade informativa e institucional.
- 2 O texto defende a ideia de que o domínio da língua portuguesa é apenas uma exigência formal no serviço público.
- 3 É possível inferir que falhas linguísticas podem comprometer a segurança jurídica dos atos administrativos.

Julgue os itens seguintes, acerca do valor semântico de palavras e expressões no contexto do texto.

- 4 No trecho “Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central, pois é por meio dela que se materializam decisões, orientações e informações de interesse público” o termo “materializam” é empregado no sentido conotativo.

- 5 Em “A clareza textual, a correção gramatical e a precisão vocabular são requisitos indispensáveis para a segurança jurídica e para a transparência administrativa”, a expressão “segurança jurídica”, extrapola o campo exclusivamente linguístico.
- 6 No trecho “Além disso”, o fragmento funciona como conector responsável pela progressão argumentativa do texto.

Acerca dos mecanismos de coesão e dos aspectos sintáticos, julgue os itens a seguir.

- 7 O pronome “dela”, em “é por meio dela que se materializam decisões”, retoma o termo “linguagem escrita”.
- 8 O período “Textos mal redigidos, ambíguos ou em desacordo com a norma-padrão podem gerar interpretações equivocadas” apresenta sujeito simples.
- 9 No trecho “Dessa forma, espera-se que o servidor do CRF-DF seja capaz de interpretar textos oficiais, redigir documentos administrativos adequados ao contexto e reconhecer os efeitos de sentido produzidos por escolhas linguísticas, sintáticas e semânticas”, a forma verbal “espera-se” está empregado na voz passiva sintética.

Acerca da norma-padrão da língua portuguesa, julgue os itens seguintes.

- 10 Em “Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central, pois é por meio dela que se materializam decisões, orientações e informações de interesse público”, a concordância verbal está correta.
- 11 Em “destinados a profissionais, instituições e à sociedade em geral”, o emprego da crase é obrigatório.
- 12 A retirada da vírgula em “Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central” provocaria erro gramatical.
- 13 Em “o domínio da língua portuguesa não se restringe a uma exigência formal, mas configura instrumento essencial de trabalho do servidor público”, sendo reescrita **O domínio da língua portuguesa configura-se como instrumento essencial de trabalho do servidor público**, preserva sentido e correção.
- 14 O texto apresenta inadequação linguística para o contexto da comunicação institucional.

Uma repartição pública estabeleceu uma meta de digitalizar, em 10 dias, o máximo de processos que fosse possível, de forma progressiva. Sabe-se que, no 1º dia, foram digitalizados 44 processos; no 5º dia, 60 processos; e no 8º dia, 72 processos, e assim por diante até 10º dia, mantendo-se esse mesmo padrão de crescimento diário até o 10º dia.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 15 A razão da progressão aritmética da situação hipotética é igual a 4.
- 16 No final do 10º dia, foram digitalizados menos de 550 processos.

Acerca de probabilidade e de regra de três composta, julgue os itens seguintes.

- 17 Suponha-se que um servidor de dados tenha dois sistemas de *backup* que operam de forma independente. Suponha-se, ainda, que a probabilidade de o primeiro apresentar falha seja de 5% e que a probabilidade de o segundo apresentar falha seja de 10%. Nesse caso, é correto afirmar que, a probabilidade de que ambos os sistemas falhem simultaneamente será de 1,5%.
- 18 Considere-se que, em um lote de 100 relatórios de auditoria, a probabilidade de que um relatório contenha erros graves seja de 5%. Nessa situação, é correto afirmar que, se um auditor selecionar desse lote, ao acaso e sem reposição, 2 relatórios para revisão, a probabilidade de que pelo menos um deles contenha erro grave é inferior a 10%.
- 19 Considere-se que uma equipe composta de 6 analistas, todos trabalhando com a mesma eficiência, conseguiu auditar 120 processos em exatos 5 dias, com uma jornada de 8 horas de trabalho por dia. Nesse caso, é correto afirmar que, mantendo-se a taxa de produtividade por analista, em 3 dias, 4 analistas trabalhando 10 horas por dia auditarão mais que 80 processos.

A respeito dos conjuntos $A = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8\}$, $B = \{2, 4, 6, 8\}$ e $C = \{2, 3, 5, 7\}$, julgue os itens a seguir.

- 20 $B \cup C \subseteq A$.
- 21 O conjunto resultante da operação $B \cup C - A$ tem exatamente 5 elementos.

Acerca de matemática financeira, julgue os itens seguintes.

- 22 Suponha-se que uma empresa tenha contraído uma dívida que deverá ser quitada em uma única parcela de R\$ 14.000, daqui a exatos 2 meses. Considere-se, ainda, que o credor tenha aceitado quitar a dívida hoje, desde que seja aplicada uma taxa de juros compostos de 10% ao mês. Nesse caso, é correto afirmar que o valor que a empresa deverá desembolsar para quitar a dívida hoje é maior que R\$ 12.000.
- 23 O valor de R\$ 18.000 investido em uma aplicação que rende 0,9% ao mês renderá mais que R\$ 3.600 ao decorrer de 2 anos, considerando $1,009^6 = 1,055$.

O lucro mensal $L(x)$, em milhares de reais, de uma indústria farmacêutica com a produção de determinado medicamento é modelado pela função $L(x) = -x^2 + 10x - 16$, em que x representa a quantidade de lotes produzidos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

- 24 O lucro máximo obtido com a venda desse medicamento é igual a R\$ 9.000.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do Windows 10, dos conceitos de *hardware* e de *software*, de editores de texto e do Microsoft Teams, julgue os itens a seguir.

- 25 O Windows 10 permite a criação de múltiplas áreas de trabalho virtuais, que podem ser utilizadas para organizar janelas abertas por diferentes tarefas.
- 26 O *firewall* é um dispositivo que pode ser tanto um *hardware* quanto um *software*.
- 27 No Windows 10, ao excluir um arquivo utilizando o menu de contexto, ele é permanentemente apagado, sem passar pela Lixeira.
- 28 No Word e no Google Docs, a edição simultânea pode ocorrer mesmo quando usuários acessam o documento por dispositivos e por sistemas operacionais distintos.
- 29 O Microsoft Teams armazena arquivos compartilhados em canais exclusivamente na máquina local do usuário que realizou o *upload*.

Acerca de redes de computadores, antivírus e computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 30 O acesso a uma intranet exige, obrigatoriamente, o uso de roteadores, ao passo que o acesso à Internet somente ocorre a partir de servidores internos da própria organização.
- 31 Para que computadores formem uma rede, é indispensável que todos estejam conectados fisicamente por cabos.
- 32 Um antivírus pode impedir a execução de um arquivo sem necessariamente removê-lo do sistema.
- 33 Todo *malware* que executa código automaticamente sem intervenção do usuário é classificado como vírus.
- 34 Aplicações em nuvem costumam ser cobradas de acordo com o uso realizado, e não pela compra definitiva de licenças ou de equipamentos.

O farmacêutico de plantão é um profissional da saúde essencial, atuando tanto em farmácias comunitárias 24 horas quanto no ambiente hospitalar, garantindo a segurança e a eficácia do uso de medicamentos a qualquer hora do dia ou da noite. Sua presença é uma exigência legal (Lei nº 13.021/2014) para garantir que a população tenha acesso à orientação farmacêutica especializada, evitando automedicação insegura e erros de dosagem. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir, a respeito da Lei nº 13.021/2014, que trata do exercício e da fiscalização das atividades farmacêuticas.

- 35 A Lei estabelece que a farmácia é uma unidade de prestação de serviços de interesse público e privado, destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva.

- 36 O proprietário da farmácia pode desautorizar o farmacêutico de tomar decisões técnico-científicas, pois, como proprietário, ele também deve possuir certificação superior como farmacêutico.
- 37 Para o funcionamento das farmácias de qualquer natureza, a Lei torna facultativa a presença de um farmacêutico durante todo o horário de funcionamento, desde que o estabelecimento possua um técnico em farmácia devidamente registrado.

Casos de intoxicação por metanol associados ao consumo de bebidas adulteradas vêm sendo amplamente noticiados no país, com registros de internações e mortes em diferentes estados. A situação reacende o alerta sobre os riscos do consumo de produtos sem procedência e a necessidade de fortalecer a vigilância e o controle da comercialização de bebidas alcoólicas no Brasil.

Internet: <agencia.fiocruz.br> (com adaptações).

Com base na Lei nº 8.918/1994 (Lei de Bebidas), no Decreto nº 6.871/2009, nas normas sanitárias vigentes e nas informações apresentadas no texto, julgue os itens a seguir.

- 38 Para a instalação e o funcionamento de qualquer estabelecimento produtor ou padronizador de bebidas alcoólicas, é obrigatório o registro do estabelecimento e do produto junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).
- 39 É permitida a comercialização direta ao consumidor final de álcool etílico hidratado em concentrações superiores a 54° GL (54% v/v) na forma líquida, desde que a embalagem não exceda o volume de 1 litro.
- 40 Considera-se “bebida alcoólica” o produto destinado ao consumo humano que contenha graduação alcoólica igual ou superior a 0,5% em volume (0,5% v/v) a 20 °C.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A necessária colisão de valores e de princípios, inerentes ao desenvolvimento de uma sociedade, mostra que o julgamento adequado da correção de uma conduta é uma atividade complexa para todos os que lidam com a atividade administrativa. As regras deontológicas de atuação profissional e os princípios que regem a atuação dos agentes públicos, expressos na Constituição Federal de 1988, lançam as luzes para o desenvolvimento de institutos e para a decisão correta acerca do comportamento de elevada probidade e largo compromisso ético. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir.

- 41** Causar espera injustificada na prestação de serviços públicos viola a ética pública e produz grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- 42** Exigir providências de seus superiores quando se está diante de irregularidades é compromisso ético do servidor público.
- 43** Os princípios constitucionais da Administração Pública orientam a atuação de órgãos da Administração Direta e de entidades de natureza pública do aparato estatal, já que não se pode utilizar o mesmo padrão ético para exigir comportamento de entidades privadas, ainda que pertençam, legalmente, à Administração Pública.
- 44** O princípio constitucional da moralidade afasta o instituto jurídico da prescrição, em relação a ilícitos praticados por agentes públicos no exercício de suas funções.
- 45** O princípio da supremacia do interesse público ampara a intervenção estatal na propriedade, até mesmo para suprimi-la.
- 46** A máxima de que o rei não erra (do inglês, *the king can do no wrong*) simboliza uma fase anterior da responsabilidade estatal, já que o ordenamento jurídico assegura que o Estado responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente de culpa.

Os requisitos para configurar ilícitos de improbidade administrativa na Lei nº 8.429/1992 são essenciais para distinguir condutas ilícitas de meras falhas administrativas e para assegurar responsabilidade efetiva de agentes públicos. Acerca dessa informação, julgue os itens seguintes.

- 47** Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas culposas e dolosas tipificadas em Lei.
- 48** As sanções estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa independem do ressarcimento integral do dano patrimonial, que será exigido ainda que a conduta tenha sido culposa.
- 49** O ato de improbidade que causa lesão ao erário exige ato doloso com finalidade ilícita e a perda patrimonial efetiva.

- 50** Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública se caracterizam por serem tipos abertos de ilícitos, já que a legislação deixa claro que o rol é meramente exemplificativo.
- 51** Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, não sendo exigida a demonstração de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito do agente público.

Um servidor público federal protocolou um requerimento de licença para tratar de interesses particulares, com a documentação suficiente, ao ser ver, para que o requerimento seja deferido. Porém, o chefe da unidade responsável encerrou o processo sem dar andamento, por negligência. 60 dias após perceber o erro, o chefe reabriu o processo e indeferiu o pedido por ausência de documentos suficientes à análise, encerrando o processo sem notificar o interessado.

Com base nessa situação hipotética e nas normas da Lei do Processo Administrativo, Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- 52** O chefe da unidade violou o seu dever de boa-fé e de atuação conforme o interesse público, pois deveria ter solicitado ao servidor complementar a documentação dos autos, antes de decidir acerca do requerimento.
- 53** O servidor público deverá contratar um advogado para recorrer administrativamente da decisão de indeferimento.
- 54** O princípio da autotutela é inaplicável ao caso.
- 55** A intimação do servidor para ciência de decisão ou para a efetivação de diligências deveria ter observado uma antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.
- 56** É de dez dias o prazo para interposição do recurso administrativo contra a decisão de indeferimento, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, podendo o recurso tramitar por até três instâncias administrativas.

O grau de sigilo na Lei de Acesso à Informação (LAI) equilibra a transparência pública com a proteção da segurança do Estado e de terceiros. Conhecer os critérios, prazos e procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação é essencial para garantir controle democrático, impedir restrições indevidas e assegurar que informações relevantes ao exercício de direitos e ao controle social permaneçam acessíveis. Acerca dessas informações, julgue os itens seguintes.

- 57** Os graus de sigilo admitidos pela LAI são ultrassecreto, secreto, reservado e o moderado.

- 58** As informações que puderem colocar em risco a segurança do chefe de Estado, de seus filhos e até mesmo de seu cônjuge serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato.
- 59** Os prazos regulares máximos de restrição de acesso à informação estabelecidos pela LAI são no grau de ultrassecreto de 50 anos e no grau de secreto de 25 anos.
- 60** A LAI estabelece categoricamente que após transcorrido o prazo de classificação, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

Acerca das regras de transparência ativa estabelecidas pelo Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527/2011, julgue os itens a seguir.

- 61** Em relação às compras dos órgãos e entidades, devem ser disponibilizadas as licitações realizadas e em andamento, bem como todos os contratos firmados.
- 62** Devem ser publicadas no site eletrônico *web* todas as notas de empenho emitidas.
- 63** As informações não poderão ser disponibilizadas por meio de redirecionamento de página na Internet, devendo estar integralmente em aba específica no site eletrônico *web* do órgão ou entidade.
- 64** As informações acerca da execução orçamentária dizem respeito a dados sensíveis para a segurança nacional e não devem estar disponíveis, diferentemente das informações financeiras, que devem estar disponíveis de modo detalhado.
- 65** A publicação detalhada da remuneração referente à participação em conselhos de administração ou fiscais de empresas estatais e entidades controladas estão abrangidos pelas regras de transparência ativa.

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), exprime uma perspectiva mais ampla no que diz respeito a sua aplicação, para além de conceitos clássicos como a mera territorialidade ou mesmo o domicílio. Com base nessa informação e acerca das regras de aplicação da LGPD, julgue os itens seguintes.

- 66** Estando o titular dos dados no território nacional, no momento da coleta, só haverá incidência da LGPD se a empresa que colheu os dados for brasileira ou se o objetivo for o oferecimento de serviço no Brasil.
- 67** A LGPD aplica-se até mesmo para dados colhidos em formulários físicos preenchidos a caneta.
- 68** A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado com finalidades puramente artísticas.
- 69** Em atenção ao princípio constitucional da transparência, a LGPD não se aplica às entidades da Administração Pública.
- 70** A LGPD só se aplica à administração pública indireta de direito privado, ou seja, empresas públicas sujeitas à concorrência com entidades do setor privado.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988 e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

- 71** O direito à vida, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea, caracteriza-se por ser um direito absoluto, não comportando exceções.
- 72** O Estado tem o dever de assegurar às pessoas o direito à vida sob dois aspectos: o de continuarem vivas; e o direito a uma vida digna.
- 73** Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, independentemente de serem brasileiros ou estrangeiros residentes no País, assegurado o direito à igualdade.
- 74** Ao afirmar que ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos resguarda o direito à integridade pessoal.
- 75** A Constituição Federal de 1988 garante o direito à reunião pacífica, exigindo, contudo, autorização prévia da autoridade competente.

No que concerne à organização da Administração Pública, aos agentes públicos e aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 76** Os entes federativos compõem a administração indireta, como ocorre no caso das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- 77** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica para o exercício de atividades típicas da Administração Pública.
- 78** Agente público é todo aquele que possui uma vinculação profissional com o Estado, mesmo que em caráter temporário e ainda que sem o recebimento de remuneração.
- 79** Define-se como ato administrativo toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha, por fim imediato, adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.
- 80** Presume-se legítimo todo ato administrativo editado pela Administração Pública, de forma absoluta, independentemente de apresentação de prova em contrário por seu destinatário.

O controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e a vigilância sanitária a que estão sujeitos essas categorias de produtos são normatizados, respectivamente, pelas Leis Federais nº 5.991/1973 e nº 6.360/1976. Com base nessa informação e nessas Leis, julgue os itens a seguir.

- 81** Nenhuma das categorias de produtos mencionadas, inclusive no caso de produtos importados, poderá ser industrializada, exposta à venda ou entregue ao consumo antes de ser registrada no Ministério da Saúde.

- 82** A empresa detentora do registro de um medicamento pode alterar um excipiente desse medicamento, por razões de custo, mesmo sem autorização prévia do Ministério da Saúde.
- 83** A responsabilidade pelos atos praticados na função de responsável técnico cessa somente após seis meses depois de o profissional deixar essa função.
- 84** Na ocasião de fiscalização de uma drogaria, caso a autoridade fiscalizadora suspeite de fraude ou de alteração de um medicamento, proceder-se-á com a colheita de amostras, e o estoque existente poderá ser interdito, a critério da autoridade.
- 85** Na ausência do responsável técnico no estabelecimento, o seu substituto, caso presente, poderá ratificar o aviamento de fórmulas manipuladas contendo substância sujeita ao controle sanitário especial.

Um farmacêutico responsável técnico de uma drogaria atendeu a um paciente interessado em adquirir um medicamento à base de clonazepam. Por outro lado, há uma profissional farmacêutica responsável técnica de uma indústria fabricante de medicamento à base de citalopram.

Com base nessa situação hipotética e à luz da Lei Federal nº 6.437/1977 e da Portaria SVS/MS nº 344/1998, julgue os itens seguintes.

- 86** Caso o paciente tenha apresentado uma receita em duas vias, porém em formato não padronizado do talonário numerado, o farmacêutico da drogaria não poderá dispensar o medicamento.
- 87** Se houver a dispensação de clonazepam mediante a apresentação de notificação de receita do tipo B estando ausentes a identificação e a assinatura do prescriptor, o farmacêutico da drogaria terá cometido infração sanitária, conforme a legislação vigente.
- 88** Suponha-se que, diante de um problema de fornecimento de um excipiente do medicamento à base de citalopram, a profissional farmacêutica tenha autorizado a fabricação de lotes com outro excipiente não previsto no registro do medicamento. Nesse caso, é correto afirmar que inexistiu infração sanitária no ato da profissional farmacêutica.
- 89** A fabricação do medicamento à base de citalopram somente poderá ocorrer se a indústria farmacêutica atender às boas práticas de fabricação (BPF).

De acordo com a legislação de defesa do consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990) e da legislação sanitária pertinente à publicidade e propaganda de medicamentos (RDC nº 96/2008), julgue os itens a seguir.

- 90** Uma propaganda de medicamento que exiba a imagem de uma pessoa fazendo o seu uso e afirmando que é saboroso não descumpra nenhum requisito normativo sanitário.
- 91** Um anúncio publicitário que informe que a saúde do público-alvo poderá ser afetada caso não se utilize um determinado medicamento fere tanto as normas sanitárias quanto, em consonância com a legislação de defesa do consumidor, pode configurar publicidade enganosa ou abusiva.

De acordo com a legislação que cria o Conselho Federal de Farmácia e os Conselhos Regionais de Farmácia (Lei Federal nº 3.820/1960 e suas alterações) e de acordo com a Resolução CFF nº 638/2017, que disciplina a inscrição, o registro, o cancelamento, a baixa e a averbação nos Conselhos Regionais de Farmácia, julgue os itens seguintes.

- 92** O poder de punir disciplinarmente o profissional farmacêutico compete, exclusivamente, ao Conselho Regional em que o faltoso estiver inscrito ao tempo do fato punível em que incorreu, sem prejuízo das sanções cabíveis na esfera criminal.
- 93** A pessoa jurídica que exerce atividade de produção de radiofármacos e que funcione sob a responsabilidade técnica de farmacêutico é obrigada a registrar-se no Conselho Regional de Farmácia.

No que concerne às Leis Federais nº 6.360/1976 e nº 9.787/1999, julgue os itens a seguir.

- 94** A denominação comum brasileira (DCB) é a denominação do fármaco ou do princípio farmacologicamente ativo, a qual tenha sido aprovada pelo órgão federal responsável pela vigilância sanitária.
- 95** As aquisições de medicamentos, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), adotarão preferencialmente a denominação comum internacional (DCI) ou, em sua falta, a denominação comum brasileira (DCB).

Um farmacêutico, responsável pela gestão de produtos químicos de uma farmácia, em um certo dia, ao chegar para trabalhar, percebeu que a farmácia havia sido invadida durante a madrugada. Após inspecionar as instalações, o farmacêutico constatou que houve furto de produtos químicos controlados, que podem ser destinados à preparação de drogas. Nesse ínterim, ao examinar as gravações do sistema de câmeras da farmácia, o farmacêutico identificou que um colega de profissão era o autor do furto.

Com base nessa situação hipotética e à luz das Leis Federais nº 10.357/2001 e nº 11.343/2006, julgue os itens a seguir.

- 96** Se o farmacêutico comunicou o Departamento de Polícia Federal (DPF) sobre esse furto após tê-lo constatado, ele pode ter agido apenas para se eximir de qualquer responsabilização, pois a legislação não estipula a necessidade de comunicação de furto à Polícia Federal.
- 97** Considere-se que o colega de profissão, após cometer o furto, expôs à venda os produtos químicos furtados, destinados à preparação de drogas. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta do colega de profissão configura um crime.

A Lei Federal nº 13.021/2014 regulamentou o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e conferiu maior autoridade e responsabilidade aos farmacêuticos que atuam em farmácias e drogarias. Essa lei complementa o anteriormente definido pela RDC nº 44/2009, que dispõe sobre boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 98** Embora tenha ampliado a autoridade do farmacêutico, a Lei nº 13.021/2014 desobrigou a presença desse profissional durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.
- 99** O farmacêutico responsável por determinada drogaria tem a responsabilidade de fomentar o uso racional de medicamentos, podendo o proprietário do estabelecimento desautorizar as orientações do farmacêutico, no caso de este considerá-las onerosas para a empresa.
- 100** As receitas cuja grafia esteja incompreensível e induza o profissional a realizar a dispensação incorreta não podem ter os seus medicamentos dispensados.
- 101** Além da dispensação, as farmácias e as drogarias podem realizar a prestação de serviços farmacêuticos, como a administração de medicamentos e a aferição de parâmetros fisiológicos.
- 102** O fiscal farmacêutico pode acumular essa função com outras atividades profissionais de farmacêutico, como ser responsável técnico ou proprietário, ou, ainda, participar da sociedade em estabelecimentos farmacêuticos.

Um farmacêutico de um órgão de pesquisa estava conduzindo um estudo epidemiológico no qual realizou um levantamento dos casos e da identidade dos pacientes acometidos por infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) no Distrito Federal no ano de 2025.

Com base nessa situação hipotética e à luz da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) –, julgue os itens a seguir.

- 103** Os dados reunidos pelo farmacêutico são considerados dados pessoais sensíveis, cujo tratamento, em regra, somente poderá ocorrer mediante o consentimento do titular do dado ou de seu responsável legal, de forma específica e destacada, para as finalidades específicas.
- 104** Considere-se que os dados coletados pelo farmacêutico são indispensáveis para a realização do estudo que ele está conduzindo. Nesse caso, não é necessário o consentimento do titular para o tratamento de seus dados, nem que seja garantida a anonimização dos dados pessoais sensíveis.

No Brasil, as substâncias sujeitas a controle especial estão descritas na Portaria SVS/MS nº 344/98. A entidade responsável por atualizar periodicamente o anexo dessa Portaria é a Anvisa, com as inclusões, exclusões e alterações nas listas de substâncias controladas. Além das substâncias empregadas em uso terapêutico, a Portaria lista, ainda, as substâncias de uso proscrito no Brasil. Considerando essa informação e com base nessa normativa, julgue os itens seguintes.

- 105** A notificação de receita B, de cor azul, tem validade, em todo o Território Nacional, pelo período de 30 dias, contados da data de sua emissão, para fins de dispensação do medicamento.
- 106** Por serem consideradas seguras e sem restrições de uso, a notificação de receita das substâncias constantes da lista C2 (retinoicas) não necessitam ser acompanhadas do termo de consentimento pós-informação, aplicável a notificações de receita de substâncias de outras listas da Portaria.
- 107** Instituições cujas atividades possuam a estrita finalidade de desenvolver pesquisas e trabalhos médicos e científicos podem empregar substâncias de uso proscrito no Brasil, sendo dispensada a autorização emitida pela autoridade competente.

Um farmacêutico regularmente inscrito no CRF de sua jurisdição, atuava como farmacêutico em um hospital e, dentre outras atividades, participava da condução de pesquisas envolvendo seres humanos. Recentemente, o farmacêutico concluiu a sua segunda graduação, em medicina. Após a sua formatura, recebeu um convite de uma instituição de ensino superior (IES) para lecionar em cursos de graduação na área da saúde, incluindo o curso de farmácia, em que começou a atuar.

Com base nessa situação hipotética e à luz da Resolução CFF nº 724/2022 (Código de Ética e de Processo Ético Farmacêutico), julgue os itens a seguir.

- 108** Considere-se que, após aceitar o convite da instituição de ensino, o farmacêutico descobriu que a IES descumpra a legislação vigente que lhe é aplicável e, mesmo assim, optou por continuar exercendo o magistério nessa instituição. Nesse caso, ele cometeu conduta proibida ao profissional farmacêutico.
- 109** Se o farmacêutico receber uma proposta para atuar como médico no hospital onde trabalha, ele deverá abster-se de atuar como farmacêutico, pois não pode exercer a Farmácia e a Medicina simultaneamente.
- 110** Para agilizar o andamento de um projeto de pesquisa envolvendo seres humanos, o farmacêutico poderá iniciá-lo sem a avaliação prévia do comitê de ética em pesquisa (CEP).
- 111** Caso o farmacêutico assuma a responsabilidade técnica de uma drogaria sob a condição de que não precisará exercer pessoal e efetivamente essa função, apenas permitindo que usem o seu nome, ele incorrerá em conduta vedada pelo Código de Ética Farmacêutica.

Acerca dos requisitos técnicos para o exercício do farmacêutico no âmbito da saúde estética, conforme disciplina a Resolução CFF nº 616/2015 e as suas alterações, julgue os itens seguintes.

- 112** Ao farmacêutico esteta é permitida a realização de procedimentos invasivos não cirúrgicos, como a carboxiterapia e a criolipólise.
- 113** A aplicação de toxina botulínica é um procedimento que consta no rol de técnicas que o farmacêutico esteta pode executar, desde que ele cumpra os requisitos para ser considerado capacitado para o exercício de atividades em saúde estética.

O transporte e o armazenamento de medicamentos são regulamentados, do ponto de vista sanitário, pela RDC nº 430/2020 e, do ponto de vista da atuação do profissional farmacêutico, pela Resolução CFF nº 679/2019. A partir dessa informação e considerando o disposto nessas normativas, julgue os itens seguintes.

- 114** As empresas que realizam transporte de medicamentos estão dispensadas de empregar sistemas passivos ou ativos de controle de temperatura e umidade quando se utilizarem de condições de transporte qualificadas para a rota ou outras condições justificadas tecnicamente pelo fabricante do medicamento.
- 115** Não compete ao farmacêutico que atua na cadeia de frio de medicamentos termolábeis comunicar o remetente caso se constatem desvios ou excursões de temperatura.

No que concerne ao procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia, de acordo com a Resolução CFF nº 700/2021, julgue os itens a seguir.

- 116** Poderá haver vinculação de gratificação ao farmacêutico fiscal à lavratura de auto de infração e multas decorrentes, mediante a regulamentação específica editada por cada Conselho Regional.
- 117** Por possuir poder de polícia e fé pública, o farmacêutico fiscal não poderá acionar a força policial em caso de impedimento do exercício da atividade de fiscalização, uma vez que já está imbuído dos poderes necessários para exercer a sua autoridade.
- 118** Caso o farmacêutico fiscal constate infração de natureza sanitária, esta deverá ser encaminhada por ofício à autoridade competente, em razão de possuir natureza alheia à fiscalização do exercício profissional.

Em relação à regulamentação das atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica e em radiofarmácia, que são disciplinadas, respectivamente, pelas Resoluções CFF nº 734/2022 e nº 656/2018, julgue os itens seguintes.

- 119** Assegurar que sejam realizados todos os ensaios exigidos por compêndios oficiais e, na ausência destes, por métodos internos validados, é uma das competências do farmacêutico que exerce atividade do controle de qualidade de medicamentos.
- 120** Para o exercício das atividades de preparo de radiofármacos, não se aplicam critérios de habilitação do farmacêutico, como possuir pós-graduação em radiofarmácia ou tempo de experiência profissional nessa área.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

As boas práticas farmacêuticas são o conjunto de técnicas e medidas que visam assegurar a manutenção da qualidade e segurança dos produtos disponibilizados e dos serviços prestados em farmácias e drogarias, com o fim de contribuir para o uso racional desses produtos e a melhoria da qualidade de vida dos usuários. Diversos textos normativos disciplinam a aplicação das boas práticas em farmácia a partir de diferentes ópticas, convergindo, entretanto, para um mesmo cenário de prática: o estabelecimento farmacêutico. Nos últimos anos, a legislação vem reformulando o caráter desse tipo de estabelecimento, conferindo a ele um papel mais relacionado à prestação de serviços de saúde.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). **Resolução da Diretoria Colegiada** – RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Consequências da regulamentação sanitária e deontológica na redefinição do papel social dos estabelecimentos farmacêuticos

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) requisitos acerca da presença do farmacêutico no estabelecimento e a relação desses requisitos com a dispensação e a prestação dos serviços farmacêuticos, à luz da RDC nº 44/2009 e da Resolução CFF nº 357/2001;
- b) mudanças de paradigma em relação aos estabelecimentos farmacêuticos a partir da vigência da Lei nº 13.021/2014; e
- c) inclusão de uma nova categoria de serviço farmacêutico no rol de serviços admitidos a partir da edição da RDC nº 786/2023.